

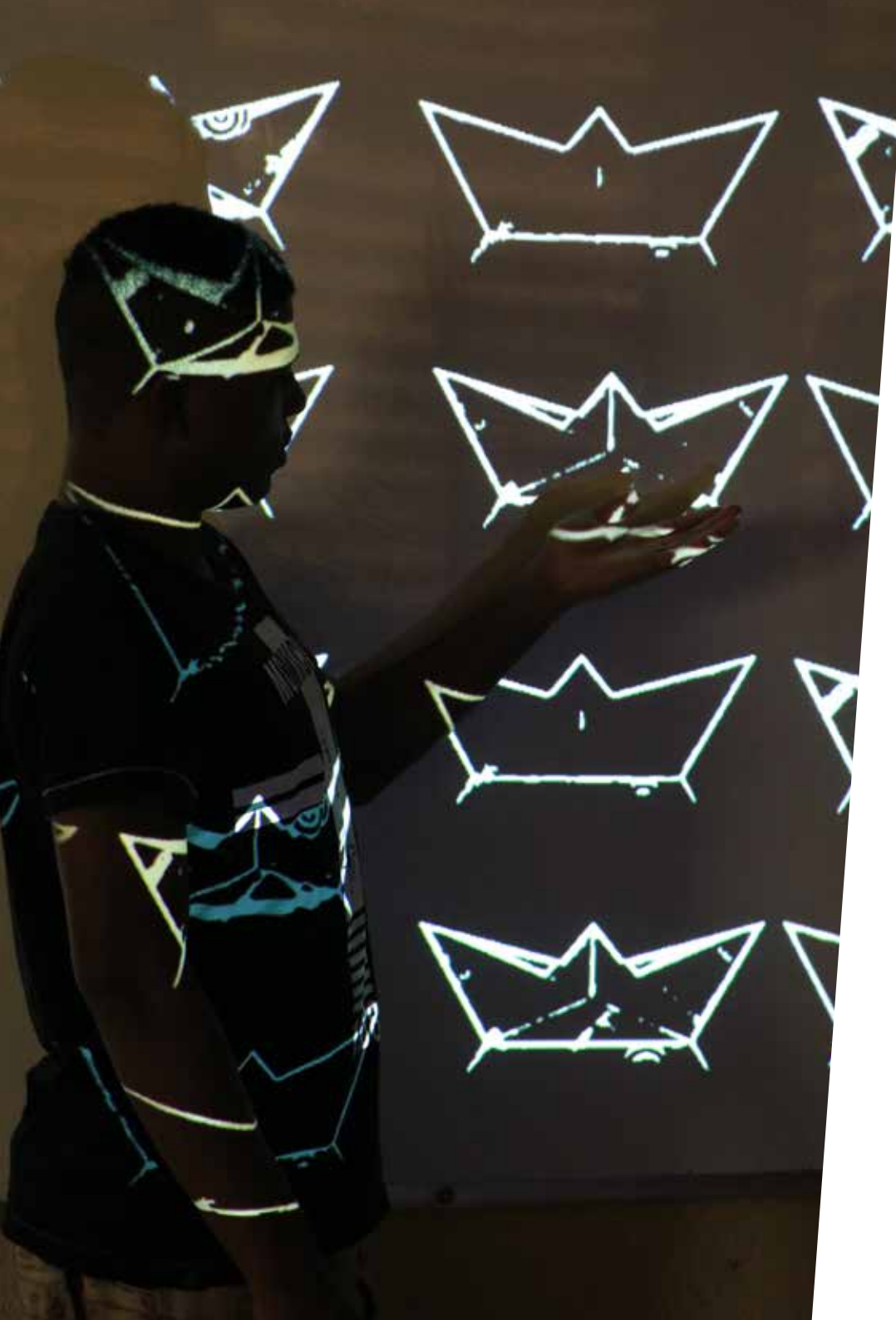
#FALADIREITO

CAMPANHA DE COMUNICAÇÃO E
CIDADANIA DO DESEMBOLA NA IDEIA

DESAFIO nº 2:

#VIDA
É PRA VALER

GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA
AÇÕES MULTIPLICADORAS



#FALADIREITO

CAMPANHA DE COMUNICAÇÃO E
CIDADANIA DO DESEMBOLA NA IDEIA

DESAFIO Nº 2:
VIDA É PRA VALER

GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA
AÇÕES MULTIPLICADORAS

BELO HORIZONTE
PRODUZIDO EM 2020
REVISADO EM 2022



Caras(os) educadoras(es),

Este guia foi produzido com muito apreço para você que luta diariamente pelos direitos infantis e juvenis. Com o objetivo de chamar atenção para as realidades de adolescentes em situação de risco social, o conteúdo traz narrativas acerca dos sonhos, sentimentos e experiências desses sujeitos e, a partir da proposição de algumas atividades, faz refletir sobre quão próximas essas histórias estão das nossas. As atividades que resultaram nessas narrativas podem ser replicadas em comunidades, escolas ou no trabalho com adolescentes e jovens. A publicação integra o kit da campanha #faladireito, que também traz cartões e cartazes com imagens e textos produzidos em oficinas realizadas em unidades do socioeducativo, além do boletim informativo BEÓ.

#faladireito é uma campanha permanente do projeto Desembola na Ideia, criada a partir de atividades de educomunicação promovidas junto a adolescentes em situação de risco social.

O Desembola na Ideia combina atenção psicossocial e arte na promoção de direitos, inserção nos espaços de sociabilidade, acompanhamento psicanalítico e mobilização artístico-cultural de adolescentes que sofrem com a marginalização e a exclusão social. Dentro do Programa de Educomunicação, os adolescentes participam de oficinas em que escolhem temáticas relacionadas à cidadania, experimentam e se apropriam de linguagens e de recursos da comunicação para falar de tais temáticas, elaboram e colocam em circulação variadas peças de comunicação que promovem os direitos juvenis.

O projeto é realizado pela AIC - Agência de Iniciativas Cidadãs com recursos destinados pela 23ª e pela 36ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, no bojo de ações civis públicas propostas pelo Ministério Público do Trabalho, e apoio da 23ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte - Área Infracional. -, assim como do PlugMinas - Centro de Formação e Experimentação Digital da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

O PROGRAMA DE EDUCOMUNICAÇÃO E A CONCEPÇÃO DA CAMPANHA

As atividades de educomunicação do Desembola na Ideia são alicerçadas na metodologia **mídia-processo**. A base de tal metodologia são desafios criativos, lançados aos participantes em encontros formativos e rodas de conversa. Os adolescentes são instigados a produzir conteúdos comunicativos e, ao longo dos processos de criação de tais conteúdos, dialogam, refletem e constroem conhecimentos acerca de temas relacionados à sua cidadania. Além disso, eles também têm a oportunidade de ampliar seu repertório, ao conhecer outras campanhas e experiências inspiradoras.

O nome **#faladireito** surgiu a partir de dois pontos que emergiram em todas as rodas de conversa com os adolescentes. De um lado, era recorrente a menção à necessidade de falar sobre direitos, de expressar que o jovem em situação de risco e/ou em conflito com a lei é cidadão, é sujeito de direitos. De outro, foi unânime a indicação de que seria preciso tratar desses direitos numa linguagem criada por e acessível aos adolescentes. Da junção dessas duas propostas, consideradas pelos participantes como a essência do trabalho a ser desenvolvido, surgiu o nome #faladireito.

Nosso anseio é potencializar o trabalho das instituições atuantes no Sistema de Garantia dos Direitos, bem como de organizações, grupos e movimentos da sociedade civil que promovem causas que envolvem adolescentes e jovens na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), sobretudo aqueles ligados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), ao Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CEDCA) e ao Fórum das Juventudes da Grande BH.

Esperamos que, por meio da ação de agentes multiplicadores, a #faladireito ganhe vida nas comunidades, nos espaços públicos, nas organizações que atuam no campo da cidadania e nas instituições educativas.

SUMÁRIO

p. 6 O SEGUNDO DESAFIO:
#VIDAÉPRAVALER

PRECISAMOS FALAR SOBRE...

p. 8 Caminhos traçados para a morte
p. 11 Direito ao luto
p. 21 Direito à vida
p. 30 Direito ao futuro
p. 36 Direito ao sonho

O SEGUNDO DESAFIO:

#VIDAÉPRAVALER

Nos pés de Dyogo, a bola ganhava ares de pássaro. “Jogador profissional”, insinuava o garoto de 16 anos quando lhe falavam de futuro. Era primavera quando a casa de Ana Paula e Joey se transformou para a chegada de Bianca. Com aquela que seria a caçula, gestavam a promessa de uma nova família. Luciano não escondia de ninguém: aos 11 anos, queria mesmo era ser bandido. Ir para a escola, formar e conseguir um emprego parecia distante demais de quem via a mãe, sozinha, dar um duro danado para colocar o pouco que tinham na mesa¹.

As vidas não cabem nas estatísticas. A cada 23 minutos, um jovem negro, morador de periferia, é vítima de homicídio no Brasil. A cor da pele, a classe social e o local onde mora faz com que seja o principal alvo da polícia. Gradativamente, as possibilidades de ser e sonhar vão sendo arrancadas de cada uma dessas pessoas, como foi para Dyogo, Ana Paula, Joey, Bianca, Luciano e muitos outros. Histórias de meninos e meninas, homens e mulheres tão diversas que, em comum, têm na morte o golpe final a vidas marcadas pelo preconceito, o racismo e a falta de oportunidades.

Os números alarmantes, mas já naturalizados, por vezes angustiam e paralisam quem lida diretamente com esses jovens e adolescentes, seus familiares, amigos, vizinhos e, sobretudo, eles mesmos. Esse gesto, chamado *sideração*, acaba impedindo a ação que move toda e qualquer mudança. Diante de um cenário de distribuição desigual das mortes violentas e da comoção seletiva no luto e na luta pelas vidas, o nosso compromisso é passar à *consideração*, ação “que nos permite lidar com a potência própria à vulnerabilidade dessas vidas tão absolutamente vivas quanto as nossas”².

1 As histórias se referem a casos reais de assassinatos por agentes do Estado e milícias noticiados na mídia.

2 MACÉ, Marielle. Siderar, considerar: migrantes, formas de vida. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.

Para cada adolescente que cai, há toda uma rede que o acompanha: as mães que lutam para que os nomes de seus filhos sejam passíveis de lembrança e sofrimento, os agentes das redes de defesa das juventudes e adolescências, e os próprios jovens, ao perceberem a banalidade com que são tratadas as mortes de seus semelhantes. Chamar à consideração, portanto, é se atentar aos gestos cotidianos, a uma palavra de cuidado no momento certo, à permissão para que os afetos se misturem aos protocolos e aos fluxos das burocracias dos atendimentos. Só assim é possível alcançar a singularidade nas histórias que se repetem.

A primeira etapa da campanha, com o mote #DESARMESEUOLHAR, tratou das situações de preconceito enfrentadas diariamente pelos adolescentes e jovens participantes das atividades: racismo, preconceitos ligados aos territórios onde eles vivem e às formas como ocupam esses espaços, preconceito com a classe social e a violência simbólica.

O segundo desafio aborda o direito à vida. Os jovens partiram de dimensões comuns a todas as pessoas para conversarem sobre esse tema. Os relatos e imagens que você vai encontrar nesse kit ilustram particularidades das vidas desses adolescentes, mas também vivências universais. Se existem narrativas em nossa sociedade que estigmatizam e segregam as juventudes, a partir de retratos distorcidos a respeito de sua raça, condição social e de suas infrações, os relatos aqui presentes apontam para experiências e expectativas básicas compartilhadas pelos seres humanos, estabelecem identidades e, assim, revelam quão próximos somos desses garotos e garotas. Entender que compartilhamos vivências tão básicas é o primeiro passo para um olhar mais equânime desses jovens como sujeitos de direitos que são.

Que tal colar com a gente? Se você deseja contribuir e não sabe por onde começar, apresentamos a seguir atividades concretas e sugestões de metodologias para conduzir encontros, debates e ações mobilizadoras.

PRECISAMOS
FALAR SOBRE

CAMINHOS TRAÇADOS PARA A MORTE

Se eu pudesse ter um superpoder, um poder impossível, seria o de ressuscitar as pessoas, de ser ressuscitador. Porque eu já perdi muita gente que eu amava, vivi muitas mortes em volta de mim, isso dá muita dor, a proximidade com a morte.

A morte assombra o sonho. Por isso que busco mudar minha mente e coisas que me ajudem a sonhar coisas boas. Eu já sonhei três vezes que me mataram, eu tomando tiro, e tipo cê acorda até suado, desesperado, é pesado. Dá uma desesperança, tem vez que cê nem aguenta. Mas eu tô tentando.

Relatos de adolescentes ligados ao Sistema Socioeducativo, em oficinas realizadas pela equipe do projeto Desembola na Ideia.

Vivemos num dos países que lidera os rankings de violência, e isso não é novidade. O Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo e, em registros absolutos, as taxas de homicídio registradas nos últimos anos está longe de ser superada por qualquer outro país: cerca de 60 mil pessoas morrem assassinadas por ano ³. O que se costuma esquecer, ou não se faz questão de lembrar, são as histórias que se repetem por trás dos números. Como as que abrem esta seção, de adolescentes ligados ao Sistema Socioeducativo. São falas de meninos e meninas que, desde muito cedo, têm seus caminhos traçados para a morte.

A grande maioria desses jovens já viu alguém ser assassinado: um amigo de infância, um conhecido do bairro ou da escola, um primo, um irmão. Quase todos homens. Essas violências costumam acontecer nos arredores da vizinhança, marcando os caminhos por onde circulam diariamente e constroem as suas experiências cotidianas. A morte vai sendo vivida como algo comum e banal, destino possível para aqueles que conhecem e para eles mesmos. Com a falta de oportunidades reais de estudo e trabalho dignos, enxergar outras vias para além da criminalidade parece muito distante.

Não é difícil perceber que há uma distribuição desigual das mortes: a chance de um jovem negro ser assassinado é quase três vezes maior do que a de um jovem branco. E uma parte considerável dos assassinatos é cometida pelas forças de segurança do Estado. Trata-se de uma política de morte, uma regra tácita que define quem pode viver e quem deve morrer, levando à naturalização de aparatos de violência e extermínio — é o que o filósofo africano Achille Mbembe chama de

3 WERNECK, Jurema. Um pacto pela vida dos jovens negros. In: Anistia Internacional. Disponível em: <https://anistia.org.br/um-pacto-pela-vida-dos-jovens-negros/>. Acesso: 20 fev. 2020.

necropolítica⁴. Quando se nega a humanidade de alguém, qualquer violência torna-se possível.

Devido ao medo, 8 em cada 10 brasileiros endossam políticas autoritárias, que negam o direito à vida⁵. Ao analisar a militarização das políticas públicas de segurança no Brasil, a jornalista e pesquisadora Rosane Borges destaca que essa lógica passou a ser aplicada para combater todo e qualquer tipo de crime. Acompanhamos a adoção de táticas de guerra no dia a dia da polícia — o que, ao final das contas, “não surte efeito para a criminalidade, porque morre todo mundo. Morre inocente. Morrem policiais. Morrem civis. E aquilo que era para se combater, não se combate”⁶.

#faladireito! Jovens negros são os mais discriminados, os mais excluídos das oportunidades educacionais e sociais e as principais vítimas de violência e assassinato — inclusive pelas forças de segurança pública — no Brasil. **Precisamos falar dos caminhos traçados para a morte**, valorizar a existência dos adolescentes e jovens pobres, negros e periféricos e enfrentar juntos as violações por eles sofridas.

4 Necropolítica. Revista Arte e Ensaios, n. 32, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso: 15 fev. 2020.

5 Atlas da Violência 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia-2017/>. Acesso: 11 fev. 2020.

6 FERRARI, Mariana. O que é necropolítica. E como se aplica à segurança pública no Brasil (entrevista com Rosane Borges). Disponível em: <https://ponte.org/o-que-e-necropolitica-e-como-se-aplica-a-seguranca-publica-no-brasil/>. Acesso em: 3 março 2020.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

A atividade a seguir será uma roda de conversa sobre os caminhos traçados para as juventudes negras e periféricas, o papel do Estado na garantia de direitos e dos movimentos sociais organizados da sociedade para a transformação do cenário atual.

ESTRUTURA NECESSÁRIA

Uma folha de papel kraft para um mural;
Canetas e pincéis variados.

DESENVOLVIMENTO

Leia o texto a seguir e proponha um debate com as questões indicadas.

No dia 6 de janeiro de 2015, um grupo de doze jovens, com idade entre 16 e 26 anos, foi brutalmente assassinado por homens portando armas de fogo de grosso calibre num bairro periférico de Salvador (BA). Os responsáveis alegaram legítima defesa, mas nenhum deles foi atingido. O caso segue na justiça e, até hoje, nenhum deles foi preso. Diante da falta de provas, familiares e vizinhos das vítimas defendem que se tratou de uma execução planejada.

Perceba quais perguntas os participantes farão para entender melhor o caso e registre no mural quais atores e instituições serão levantados.

1. O que você acha que aconteceu? Por que aconteceu?
2. Quem são os responsáveis?
3. O que a polícia deve fazer para garantir que o crime cometido contra os jovens seja investigado corretamente?
4. Quais outros atores você avalia como importantes para que todos os responsáveis sejam levados à justiça?
5. Quais das instâncias podem atuar nesse caso, nos níveis federal, estadual e/ou municipal? Você sabe para que serve o Ministério Público (MP) e qual o poder de decisão de um juiz em casos como esse? E os movimentos civis, também podem intervir?

Após essa primeira rodada de debate, diga às pessoas o que aconteceu na realidade: que foram os próprios policiais que executaram o grupo de jovens, episódio conhecido como a chacina do Cabula. Leia a história completa e peça que complementem o mural.

Chacina do Cabula é como ficou conhecido o episódio de assassinato de doze jovens pobres por agentes da Rodesp, unidade de rondas especiais da polícia militar da Bahia. Com a justificativa de que os rapazes planejavam um "assalto a banco", o pelotão agrediu brutalmente e disparou diversas vezes contra eles.

Logo após o episódio, nove dos dez policiais responsáveis continuaram trabalhando nas ruas, causando medo e indignação nos moradores. A **Secretaria de Segurança Pública da Bahia** alegou, na época, que todos estavam tendo acompanhamento psicológico, mas continuariam

trabalhando enquanto as investigações estavam em curso, bem como que não havia provas contra eles. O então **governador do Estado, Rui Costa**, comparou o episódio a uma partida de futebol, alegando que o policial “é como um artilheiro em frente ao gol que tenta decidir, em alguns segundos, como é que ele vai botar a bola dentro do gol, pra fazer o gol”.

Uma semana após o acontecimento, **familiares das vítimas e moradores da comunidade**, com o apoio de **movimentos sociais**, organizaram uma **marcha pelos doze jovens assassinados**. O grupo partiu da entrada da UNEB (Universidade do Estado da Bahia) até o local das mortes. Relatos de intimidação pela PM foram registrados, mas isso não impediu o protesto, realizado todos os anos desde 2015. Esses grupos foram responsáveis pela **nomeação do caso como chacina**, um ato político de visibilização do genocídio da população negra e responsabilização do Estado.

No mesmo ano, o **Ministério Público da Bahia (MP-BA)** entrou com uma denúncia, alegando que “militares em serviço, todos portando armas de fogo de grosso calibre, no curso de suposta diligência policial, encurralaram e executaram sumariamente os jovens”. O relatório se apoiou em depoimentos colhidos pela **Anistia Internacional**, que lançou nota afirmando “indícios de execução”. Todos os militares foram **julgados e absolvidos pela juíza Marivalda Almeida Moutinho**, que alegou legítima defesa.

O movimento **Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta**, que defende direitos dos negros, pediu proteção às testemunhas do crime e indenização às famílias das vítimas. Dois anos depois, produziu o documentário *Notícias de uma guerra racial subnotificada* sobre o caso, e, em 2020, data em que a chacina completou cinco anos, plantou doze árvores na comunidade em memórias das vítimas.

O artista **Sassá Dias, morador do bairro Cabula**, criou a série fotográfica **#PretoCabularesiste** como forma de protesto contra a execução dos jovens negros. As imagens tornam visíveis a estética de meninos e homens negros moradores de periferia da região.

Em setembro de 2018, **a sentença foi anulada** após pedido do Ministério Público e da pressão exercida pelos movimentos sociais, pelas famílias das vítimas e pelos(as) moradores(as) do bairro. Os policiais aguardam novo julgamento em liberdade.

Ao final da conversa, o grupo terá produzido um mapeamento das ações realizadas pelos diferentes atores e instituições que vêm participando do processo. Faça uma síntese do debate em conjunto, permitindo que cada um compartilhe as suas impressões.



PRECISAMOS
FALAR SOBRE

DIREITO AO LUTO

Peguei no hospital quando ele nasceu e peguei no colo quando morreu. Agora, acho que as autoridades têm de olhar um pouco melhor para essas comunidades. É uma vergonha!

Cristovão Brito, avô de Dyogo, assassinado pela polícia em 2019.

O Estado veio e retirou os nossos filhos e, desde esse momento, nós tivemos que reagir. No começo eu não reagia, eu caí numa cama do hospital. Mas aí, meu filho apareceu pra mim no quinto dia, me deu uma sacudida, me tirou de cima da cama e disse “mãe, não adianta a senhora ficar dessa forma, porque eu não volto mais. Lute pelos que estão vivos!”.

Débora Maria Silva, mãe de Edson, assassinado nos Crimes de Maio, em 2013, e fundadora do movimento Mães de Maio.

Era segunda-feira e Dyogo, o “menino Coutinho”, se preparava para mais uma semana intensa de treino. No caminho, o garoto prodígio da família teve o destino traçado como o de tantos outros: uma bala pôs fim ao sonho de ser jogador do futebol. Cristóvão, ao encontrar o corpo do neto estendido ao chão, ouviu do policial que o disparo tinha um motivo: “era um marginal, traficante”. O socorro foi chamado quando o PM soube quem era o menino, mas já não havia mais tempo.

O contingente cada vez mais expressivo de jovens que têm seus futuros brutalmente interrompidos parece gerar pouca ou quase nenhuma comoção pública. O caso de Dyogo é uma exceção. Nos jornais, a repercussão gerada em torno do “jogador de base do América”, como passou a ser chamado, tentava encobrir a evidência de que a bala atingiu o corpo de um jovem negro anônimo na rua. Pelas costas, seu rosto nem sequer foi visto. Naquela mesma semana, outros tantos jovens tiveram destino parecido. Como Margareth Teixeira, de 17 anos, baleada a caminho da igreja, com o filho pequeno no colo. Quais vidas são passíveis de luto?⁷

Privadas de comoção e lamento públicos, a visibilidade diferenciada dessas mortes escancara o racismo por trás do jovem atleta que se tornou mártir: fazer com que as existências negras não valham por si mesmas. A morte violenta foi o destino de 350 mil jovens brasileiros na última década – sendo 72% deles negros. Essa tragédia parece não importar. Segundo pesquisa do governo federal⁸, para 56% da população, a morte violenta de um jovem negro choca menos do que a de um jovem branco. Por que aceitamos essa comoção seletiva?

7 Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.

8 Pesquisa da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e do Senado Federal. Disponível em: <http://dssbr.org/site/2019/11/23258/>. Acesso: 24 abril 2020.

Pela forma como as imagens desses garotos e dessas garotas são invisibilizadas e marginalizadas nos meios de comunicação hegemônicos, a morte precoce é naturalizada como destino já esperado. Estereótipos de “marginais” e “traficantes” os transformam em inimigos públicos a serem exterminados. Tais enquadramentos aprofundam as situações de exclusão⁹ e nos dizem e ensinam, cotidianamente, que essas não são existências dignas. Um ciclo vicioso, que gera indiferença social generalizada diante de tamanha barbárie.

#faladireito! Precisamos falar do direito ao luto, valorizar a existência dos adolescentes e jovens pobres, negros e periféricos e enfrentar juntos as violações por eles sofridas.

TRANSFORMANDO O LUTO EM LUTA

Chamar os jovens assassinados pelo nome próprio, relembrar as suas histórias e lamentar as mortes publicamente é uma das principais bandeiras dos movimentos de mães espalhados por todo o país. Elas transformam o luto em luta pelos crimes cometidos não só contra os seus filhos, mas contra todo um sistema de extermínio da juventude negra. Ao dizerem “nossos mortos têm voz”, familiares das vítimas da violência de Estado reivindicam memória, justiça e verdade.

Essas mulheres, que costumam ser criminalizadas como “mães de traficantes” e “máquinas de produzir marginais”, sofrem múltiplas opressões. São elas as mais vitimadas por agressão física e violência doméstica: para se ter uma ideia, no período de 2003 a 2013, o homicídio de mulheres negras aumentou 54%, enquanto

9 #Desarmeseuolhar, primeiro desafio da campanha Fala Direito, trabalhou o preconceito e o racismo a partir de imagens, ideias e julgamentos pré-concebidos, convidando as pessoas a construírem olhares mais justos à vida dos jovens. Acesse: <https://aic.org.br/saberes-compartilhados/kit-da-faladireito1-desarmeseuolhar>

o de mulheres não negras (brancas, amarelas e indígenas) teve uma queda de 9,8% no mesmo período¹⁰.

A chance de ser mãe solo na periferia é 3,5 vezes maior do que em outras regiões da cidade. O encarceramento e a morte precoce também atingem os seus parceiros, num ciclo vicioso que impossibilita a paternidade por parte desses homens. Arcando sozinhas com o cuidado e o sustento da família, e com renda muito inferior à dos homens em geral e à das mulheres brancas, as negras representam a parcela mais expressiva da população que vive abaixo da linha da pobreza¹¹. O genocídio dos filhos potencializa um quadro de adoecimento dessas mulheres, continuamente discriminadas e negligenciadas pelas políticas públicas.

São elas responsáveis pelo cuidado e pela gestão da vida compartilhada¹² e, diante de uma democracia excludente, suas formas de existência e luta são radicais:

Ao contextualizar os massacres de jovens pobres e negros/as das periferias urbanas como práticas que evidenciam a 'farsa' da democracia, as mães questionam as narrativas

10 Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

11 Dados da Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101678> Acesso 20 fev. 2020.

12 GÓIS, Edma; LUNA, Danielle. [Entrevista] Patrícia Hill Collins. In: Suplemento Pernambuco. Disponível em: <https://www.suplemento-pernambuco.com.br/edi%C3%A7%C3%B5es-antiores/2188-entrevista-patricia-hill-collins.html>. Acesso: 20 fev. 2020.

hegemônicas sobre 'paz social' e desmistificam o projeto da democracia brasileira como uma guerra permanente contra os pobres¹³.

Conheça alguns projetos realizados pelos movimentos de mães de algumas cidades brasileiras:

[LIVRO] Memorial dos Nossos Filhos Vivos – as vítimas invisíveis da democracia

Organizado por Débora Maria da Silva, umas das fundadoras do movimento Mães de Maio, o livro *Memorial dos Nossos Filhos Vivos – as vítimas invisíveis da democracia* traz o depoimento de mães e familiares de jovens vítimas da violência policial no Brasil. O lançamento ocorreu em 2019, ano em que os Crimes de Maio completaram treze anos.

Saiba mais: <https://www.facebook.com/maes.demaio/>



13 ALVES, Jaime Amparo. Elas estão parindo um novo Brasil!. Memorial dos Nossos Filhos Vivos – as vítimas invisíveis da democracia. São Paulo: Nós Por Nós, 2019.

[DOCUMENTÁRIO] Nossos mortos têm voz

Lançado em 2018, o documentário *Nossos mortos têm voz* traz os depoimentos das integrantes da Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência de Estado da Baixada Fluminense. A memória das vítimas cujos sonhos foram interrompidos é contada a partir de uma visão crítica da atuação do Estado contra os jovens negros nessa região.

Saiba mais: <http://www.quiprocofilmes.com.br/pt/filme/nossos-mortos-tem-voz>

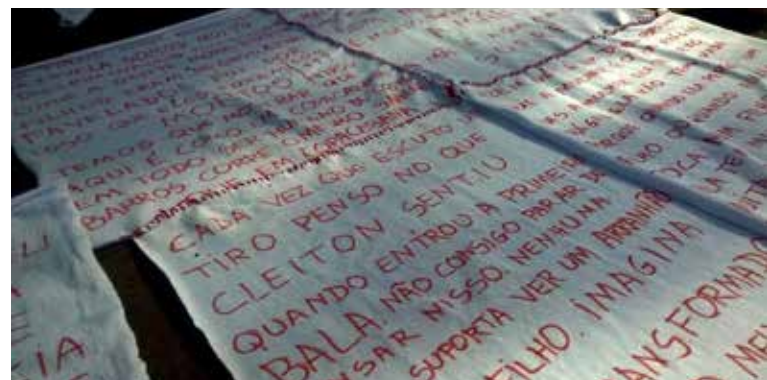


Fonte: Print screen do vídeo.

[PERFORMANCE] Chorar os Filhos

Elaborada pela artista mineira Nina Caetano, a performance *Chorar os Filhos* propõe o deslocamento de um estado de luto para a luta. Em praça pública, com a ajuda daqueles que passam e param para ver, sentir e participar, Nina realiza a costura de uma mortalha com retalhos contendo depoimentos e falas de mães e familiares que perderam seus filhos e suas filhas.

Saiba mais: <https://tinyurl.com/horizontenina>



Fonte: Guto Muniz, Horizonte da Cena.

[PROJETO DE LEI] Helenira Resende de Souza Nazareth

Protocolado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais em 2019, o Projeto de Lei Helenira Resende de Souza Nazareth institui a Semana Estadual das Pessoas Vítimas de Violência no Estado de Minas Gerais. A proposta surgiu da Mãe de Maio Kaká Silveira nos encontros da Rede Mães de Luta, que reúne 19 coletivos de mulheres. Resgatando o nome de uma importante guerrilheira também assassinada pelo Estado, o PL dá visibilidade ao lastro histórico da violência estatal herdada da ditadura militar brasileira.

Saiba mais: <https://www.facebook.com/maesdelutamg/>

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

A atividade a seguir propõe a construção de um memorial pela vida da juventude negra.

ESTRUTURA NECESSÁRIA

Reprodutor de vídeo (computador, televisão e/ou smartphone);
Tecido (americano cru) ou uma folha de papel kraft para um mural;
Pincéis e canetas variados;
Material para recorte: revistas, jornais etc;
Linhas de cores variadas e agulhas;
Tesouras.

DESENVOLVIMENTO

Exiba o clipe “Chapa”, do rapper Emicida, e em seguida proponha que compartilhem as impressões que tiveram durante a exibição.

Chapa

Artista: Emicida

Participação: Batucadeiras do Terreiro dos Órgãos

Álbum: Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa

Data de lançamento: 2015

Gênero: Rap/ hip-hop

Para assistir, acesse:

<https://www.youtube.com/watch?v=qjFQA9MswkM>

*Chapa pode pá, to feliz de te trombar
Da hora, mas deixa eu fala prucê
Isso não se faz, se engana ao crê
Que ninguém te ame e lá
Todo mundo temendo o pior acontecer*

*Chapa, então fica assim, jura pra mim que foi
E que agora tudo vai se resolver
(‘Vo menti prucê não mano
Às vez eu acho de bobeira um retrato lá em casa
Olho não aguenta não, enche de água)*

Com a participação das mulheres do movimento Mães de Maio, a composição de Emicida trata da saudade e da esperança de retorno dos jovens mortos assassinados. “Chapa pode ser qualquer um de nós, eu me considero um alvo”, declarou o artista¹⁴, que cresceu na periferia de São Paulo. O vídeo apresenta alguns dados sobre a violência letal contra a juventude negra, destaque alguns deles para a discussão:

14 ADORNO, Luís. Um possível chapa, Emicida lança clipe com mulheres que tiveram filhos mortos por PMs. In: Ponte. Disponível em: <https://ponte.org/emica-chapa/>. Acesso: 20 fev. 2020.



Fonte: Print screen do vídeo.

Pergunte aos participantes se conheceram jovens que foram vítimas letais de violência. Estimule que contem sobre a vida desses garotos e dessas garotas, como se conheceram, de onde eram e com quem moravam, o que gostavam de fazer e quais os sonhos para o futuro. Registrem essas narrativas no mural por meio de diferentes linguagens: costura, desenho, colagem de jornal e revista. É importante que essas inscrições sejam coletivas e bastante visuais, possibilitando que diferentes pessoas acessem o memorial.

O memorial pode ser exposto em um espaço de socialização, onde as pessoas possam vê-lo e continuar a elaborá-lo, ou mesmo inspirar a produção de outros.

POR QUE CONSTRUIR UM MEMORIAL?

Manter vivas as memórias e colocá-las em circulação para além dos seus espaços de origem: o memorial é uma produção que mobiliza afetos. Movimentos e grupos que lutam contra o genocídio da juventude negra têm se apropriado dessa ferramenta como estratégia política de falar não só da morte, mas, principalmente, das vidas interrompidas pela violência. É o caso do **Memorial pela Vida da Juventude Negra**, uma escultura de quatro metros instalada no Centro de Referência da Juventude (CRJ), em Belo Horizonte, que reivindica visibilidade para aqueles que são continuamente esquecidos.



PRECISAMOS
FALAR SOBRE

DIREITO À VIDA

O direito à vida é o direito de ter escolha e ter direito de mudar. Parece que traçaram um caminho já de morte pra gente. O direito à vida é poder escolher a vida, e não deixar a morte te escolher.

Hoje estou fazendo dezoito anos. É uma vida grande pra mim, uma vida muito longa - dezoito é muito! Tô pretendendo fazer mais aniversários, dar um rumo pra minha vida, poder comemorar mais.

Relatos de adolescentes ligados ao Sistema Socioeducativo, em oficinas realizadas pela equipe do projeto Desembola na Ideia.

Há um provérbio africano bastante famoso, que diz que “é preciso uma aldeia para se educar uma criança”. Nos nossos tempos, essas aldeias são formadas quando as vidas se tornam de responsabilidade comum: a nossa sobrevivência depende de uma rede social de apoio¹⁵ e, inegavelmente, alguns(as) contam com mais amparo do que outros.

Uma série de políticas e programas sociais focados na redução da mortalidade infantil e aumento da qualidade de vida das crianças foram desenvolvidos no país nas últimas décadas. De acordo com o UNICEF¹⁶, entre 1995 e 2005, o Brasil salvou cerca de 239 mil crianças. Taxas do IBGE revelam que o país chegou a registrar, em 1980, 84 mortes a cada mil nascidos vivos¹⁷; em 2005, essa taxa decresceu para 20,4. Investimentos em saúde, saneamento, assistência social e educação são grandes responsáveis por essa queda nas taxas. No entanto, as projeções para o futuro dessas crianças foram bem menos promissoras.

Ao chegarem à adolescência, fase de importantes mudanças, as redes de cuidado e amparo formais vão se tornando cada vez mais esparsas para muitas delas. A cor da pele, onde moram, a organização familiar e mesmo as suas expressões culturais e artísticas são determinantes nesse contexto. Privados de acesso a direitos básicos, na contramão do que determina a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), muitos

15 Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.

16 Homicídio de crianças e adolescentes. In: UNICEF. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/homicidios-de-criancas-e-adolescentes>. Acesso: 10 fev. 2020.

17 Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2016. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Tabuas_Completas_de_Mortalidade/Tabuas_Completas_de_Mortalidade_2016/tabua_de_mortalidade_2016_analise.pdf. Acesso: 20 fev. 2020.

meninos e meninas são impedidos de experimentar as potências criativas entre a infância e a vida adulta.

Todas as vidas devem importar, e defender o direito de existir não está ligado a nenhum grupo, partido ou causa específica. Isso quer dizer compreendê-las na perspectiva da humanidade que temos em comum.

#faladireito! Completar dezoito anos não pode ser exceção: **precisamos falar do direito à vida**, valorizar a existência dos adolescentes e jovens pobres, negros e periféricos e enfrentar juntos as violações por eles sofridas.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

Poder falar e construir registros de si mesmo e de sua comunidade é uma forma de se enxergar no mundo e fazer valer as suas identidades. A pensadora feminista negra Patrícia Hill Collins¹⁸ nomeia esse processo como **“autodefinição”**: a capacidade das pessoas de tomarem consciência de que são seres humanos singulares e perceberem as imagens e os estereótipos que são externos a elas – para, então, conseguir transformá-los.

A **fotoperformance** é uma dinâmica interessante para a construção de narrativas de si imagéticas capazes de promover a valorização e a expressão da vida.

ESTRUTURA NECESSÁRIA

Câmera fotográfica (smartphone);
Cartões postais que compõem este kit;

18 Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: BUARQUE, Heloísa. Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

Tecidos para cobrir o fundo da imagem;
Objetos diversos.

DESENVOLVIMENTO

Mostre os cartões postais que compõem este kit, em que há imagens de projeções e falas de jovens ligados ao Sistema do Socioeducativo. Utilize esse material como inspiração para que os participantes criem as suas próprias narrativas, trabalhando sonhos, desejos e planos para o futuro. O grupo deve produzir um cenário para que essas narrativas sejam performadas e gravadas com o próprio celular. Além da fotografia e do vídeo, estimule que outras linguagens sejam utilizadas, como o slam, o rap, a dança de rua, o grafite etc.

Caro agente multiplicador: objetos dos mais diversos, tecidos para cobrir a parede simulando um estúdio ou mesmo a projeção de imagens com o auxílio de um vídeo projetor podem ajudar a compor o cenário. É importante que um ambiente diferenciado seja criado, estimulando os participantes a performarem e a produzirem narrativas de si criativas.



PRECISAMOS
FALAR SOBRE

DIREITO AO FUTURO

Meu sonho é ter uma casa. Uma não! Uma pra cada irmão meu, pra quando eles ficarem maiores de idade. Mas não é todo mundo que nasce com o pé direito não, né? Nós mal mal tamo conquistando as coisas aí, pouco a pouco.

Meu sonho quando eu era pequeno era ser bombeiro, ajudar minha mãe, mas acabei num ciclo vicioso. Meu sonho continua em mim, mas não sei se vai surgir uma oportunidade, um trabalho, um estudo... Quando eu era pequeno via muito na televisão que bombeiro salvava os outros de prédio em chamas... Foi isso aí, um chamado. Eu me espelhei neles, achei que eu também podia fazer isso, salvar uma vida a mais pro mundo.

Relatos de adolescentes ligados ao Sistema Socioeducativo, em oficinas realizadas pela equipe do projeto Desembola na Ideia.

Pense nos lugares por onde você costuma circular. Nos comércios, nos consultórios médicos, nas ruas... já reparou em quem ocupa as posições de limpar e servir? Nas salas de aula, qual a cor da pele dos alunos e dos professores? E os autores dos livros, tratam de quais realidades? Quem consegue se formar e ingressar no ensino superior?

Quatro em cada dez jovens negros não concluem o ensino médio no Brasil. Mesmo com uma significativa diminuição nos últimos anos, a taxa de analfabetismo entre pretos e pardos permanece significativa, representando 9,1% desse grupo. Entre os brancos, não chega a 4%. Ao frequentarem a escola, negros também vivenciam mais experiências violentas: mais da metade desses alunos estudam em áreas de risco¹⁹.

A cor da pele é também determinante quando se trata de mercado de trabalho. Pretos ou pardos são 64% da população desocupada e recebem menos do que os brancos, independentemente do nível de instrução, tanto nas ocupações formais, quanto nas informais. O rendimento médio mensal das pessoas brancas é 73,9% superior ao da população negra, e os brancos com nível superior completo ganham, por hora, 45% a mais do que pretos ou pardos com o mesmo nível de instrução²⁰.

19 Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>. Acesso: 10 jan. 2020.

20 Pretos ou pardos estão mais escolarizados, mas desigualdade em relação aos brancos permanece. In: Agência de Notícias IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>. Acesso: 2 març. 2020.

Não resta dúvidas de que os caminhos ofertados aos jovens e adolescentes são muito diversos em função de sua raça, gênero e classe social. Ao não se ver representada em instâncias de poder, tampouco em ocupações de maior renda e prestígio, a população negra é, desde a infância, insistentemente relegada a papéis, funções e espaços de exclusão e invisibilidade.

Essa realidade vai na contramão do **Estatuto da Criança e do Adolescente**, que determina que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (capítulo IV, art. 53). A Lei foi criada para garantir a todos, sem nenhum tipo de exceção, sobrevivência, integridade física e psicológica, bem como desenvolvimento pessoal e social. Mas ainda há muito a se fazer.

O que uma pessoa se torna ao longo da vida depende de duas coisas: das oportunidades que teve e das escolhas que fez. Nada adianta ter oportunidades e não saber fazer escolhas. Como, tampouco, adianta saber fazer escolhas e não ter oportunidades²¹.

Nas conversas com os adolescentes ligados ao Sistema Socioeducativo, a falta de oportunidades foi apontada como uma das principais razões para o envolvimento com a criminalidade. A escassez de possibilidades, que restringe as possibilidades de ser e estar no mundo, contrasta com os sonhos de infância, como ter uma casa, ser bombeiro, jogador de futebol, pesquisador ou piloto de fórmula 1. As necessidades da família fazem com que muitos deles assumam responsabilidades precocemente – deixando, assim, de experimentar a juventude como uma fase da vida cheia de potências.

21 Metodologias para a aprendizagem ativa. Belo Horizonte: AIC, 2018. (Coleção Cadernos de Educação Solidária, v.1).

#faladireito! Oportunidades desiguais de emprego, renda, estudo e lazer impõem barreiras para que a juventude negra construa caminhos de autonomia e protagonismo para si mesma. **Precisamos falar sobre direito ao futuro**, valorizar a existência dos adolescentes e jovens pobres, negros e periféricos e enfrentar juntos as violações por eles sofridas.

Pequenos gestos e ações cotidianos podem mudar a realidade de jovens e adolescentes. O que é que **#FAZDIFERENÇA** para manter o jovem vivo e transformar o seu futuro?

■ Não julgar pela capa: É muito comum que jovens negros sejam “confundidos” com bandidos andando na rua, dentro do supermercado ou no trabalho. Uma série de estereótipos e imagens preconceituosas amplia as situações de exclusão e impede que eles possam circular livremente pela cidade, utilizar serviços públicos de lazer e cultura e até mesmo conseguir um emprego. O chamado é para **#chegarperto** e ver o que esses meninos e meninas têm a mostrar.

■ Trocar uma ideia: Nas redes de proteção à juventude, já se sabe que os afetos envolvidos nos atendimentos são, por vezes, muito mais eficazes do que os protocolos. Ter alguém de confiança para poder ligar, trocar uma ideia e pedir um conselho **#fazdiferença** nos momentos mais difíceis. Então, **#chegajunto** para ver o que é que o adolescente precisa e de que forma é possível ajudá-lo.

■ Valorizar as formas de expressão e criar oportunidades de mudança locais: Sabe aquela velha história de que a mudança começa perto de nós? Projetos desenvolvidos dentro das comunidades pelos próprios moradores geram ações, produtos e serviços, os mais variados, que transformam a realidade local. Conheça alguns deles, inspire-se e **#cheganaproposta** você também:

Lá Da Favelinha

Criado em 2015 pelo artista Kdu dos Anjos, o Centro Cultural é uma iniciativa independente, que promove arte, educação, cultura e o desenvolvimento humano de crianças, jovens e adultos no Aglomerado da Serra.

Confira: @ladafavelinha



Fonte: Instagram do projeto.

Favela uma foto por dia

Há mais de 11 anos, Horacius de Jesus faz registros fotográficos da sua comunidade, no Morro das Pedras. As imagens são postadas diariamente nas redes sociais do artista.

Confira: @favelaumafotopordia



Fonte: Instagram do projeto.

Eu, pedreira

Documentário dirigido por jovens moradores da Pedreira Prado Lopes, retrata o cotidiano de uma das maiores e mais antigas favelas de BH.

Confira: @eu.pedreira



Fonte: Instagram do projeto.

Tem outras ideias sobre o que **#FAZDIFERENÇA?** Mande o seu recado pro Desembola na Ideia!

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

A atividade consiste na produção de um painel de profissões. Diante da limitação de possibilidades e caminhos oferecidos aos jovens, a ideia é que os participantes trabalhem a perspectiva da empatia com esses sujeitos que têm seus projetos de vida inviabilizados pela falta de oportunidades. Ao falar das projeções de futuro feitas na infância, os participantes vão tecer uma reflexão sensível sobre o direito à escolha, negado em tantas trajetórias juvenis, e refletir sobre estratégias de transformação.

ESTRUTURA NECESSÁRIA

Papéis, recortes de revista;
Cartolina ou uma folha de papel pardo para um cartaz;
Canetas e pincéis variados.

DESENVOLVIMENTO

Por meio de questões sensibilizadoras, proponha que o grupo faça, conjuntamente, um **painel de profissões**. Para isso, peça para que cada um fale sobre os seus sonhos de infância e das projeções que fazia para o futuro. As questões a seguir podem te auxiliar:

Você se lembra dos seus sonhos de infância e adolescência?

Com o que desejava trabalhar? Por que queria trabalhar com isso?

Você exerce essa profissão hoje ou já a exerceu em algum momento da sua vida?

Anote as profissões citadas no cartaz e, em seguida, promova uma roda de conversa, a partir da seguinte pergunta provocadora: você acredita que já teve ou tem a oportunidade de inventar a própria vida e o próprio trabalho? E quanto aos adolescentes ligados ao Sistema Socioeducativo? Essa invenção é ou pode ser possível pra eles? Se sim, de que forma?

Peça aos participantes que analisem a cor da pele e a origem social das pessoas que predominam em cada uma das profissões. Tente trazer para o debate as causas que impedem que certos grupos não consigam se formar e trabalhar determinadas áreas, e se os participantes se identificam com elas.

Em seguida, reflitam sobre estratégias para transformar as diferenças e desigualdades apontadas. Por exemplo, como possibilitar que um jovem negro tenha acesso a um curso de medicina ou comunicação social? Cursinhos populares e políticas de ações afirmativas, como as cotas, podem ofertar aos jovens de periferia serviços educacionais que seus pais e familiares não puderam acessar. Mas só isso resolve? Quem deve se responsabilizar pela criação e gestão dessas ações, e como garantir que sejam efetivas?

Caro agente multiplicador, para que a atividade funcione, é importante que o grupo todo participe de forma ativa. Para o registro da conversa no cartaz, utilize recursos visuais como desenhos e recortes de revistas, que ajudam na compreensão daquilo que está sendo abordado de forma mais lúdica.



PRECISAMOS
FALAR SOBRE

DIREITO AO SONHO

Eu queria ser caçador de diamantes. Sair pela natureza procurando pedras preciosas... Mas essas coisas fazem mal pro mundo, né? Do jeito que a natureza tá, até água tá faltando! Então acho que eu podia ser caçador de água. Caçador de nascentes. Ou cientista da cura!

Eu acho que tudo é possível na vida, né? Acho que ainda consigo chegar lá e realizar meu sonho. Eu queria ser piloto de Fórmula 1, porque eu já nasci gostando muito de adrenalina, gostando de carro.

Quando eu era pequeno eu sonhava em ter uma bicicleta. Um dia sonhei mesmo, dormindo, que eu ganhei a bicicleta, e no sonho eu caí. Mas não aconteceu, não ganhei nem caí.

Relatos de adolescentes ligados ao Sistema Socioeducativo, em oficinas realizadas pela equipe do projeto Desembola na Ideia.

É sonhando que projetamos o futuro e nos enxergamos capazes de mudar o presente. O racismo e a falta de oportunidades, ao traçarem caminhos de violência e exclusão, impedem a juventude negra de sonhar e ser sonhada. **Precisamos falar do direito ao sonho**, valorizar a existência dos adolescentes e jovens pobres, negros e periféricos e enfrentar juntos as violações por eles sofridas.

O líder indígena e ambientalista Ailton Krenak lembra que, para as diferentes culturas e povos de nossa cultura, o sonho é “um caminho de aprendizado, de autoconhecimento sobre a vida, e a aplicação desse conhecimento na sua interação com o mundo e com as outras pessoas”²². Para isso, é necessário que a capacidade de sonhar seja compreendida como parte essencial do viver em comum, estimulada e reconhecida como possível a todos: sonhar é um direito.

Diante de caminhos que parecem já traçados, a fala dos adolescentes ligados ao Sistema Socioeducativo indica que os sonhos, quando estão dormindo ou mesmo acordados, são aberturas para construir novas possibilidades de existir: escolher uma profissão, desbravar o mundo e experimentá-lo sem tantas amarras, conseguir materializar o que muitas vezes permanece sem sentido na vida cotidiana²³.

22 Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

23 Para aprofundar nessa discussão, leia o texto “A prisão dos meus sonhos”, na segunda edição do informativo BEÓ que acompanha este kit.

MILIONÁRIO DO SONHO

A capacidade do jovem negro de sonhar e transformar a realidade é fio condutor do poema Milionário do Sonho, da atriz, cantora e escritora brasileira Elisa Lucinda. O texto trata da invenção e criatividade do seu povo diante das dificuldades e situações de discriminação cotidianas.

*É difícil para um menino brasileiro, sem consideração
da sociedade, crescer um homem inteiro, muito mais
do que metade.*

(...)

*Falo querendo entender, canto para espalhar o saber e
fazer você perceber que há sempre um mundo, apesar
de já começado, há sempre um mundo pra gente fazer,
um mundo não acabado.*

*Um mundo filho nosso, com a nossa cara, o mundo
que eu disponho agora foi criado por mim, euzin,
pobre curumim, rico, franzino e risonho, sou milionário
do sonho!*

*Ali vem um policial que já me viu na TV espalhar
minha moral*

Veio se arrepender de ter me tratado mal

*Chegou pra mim sem aquela cara de mau: Fala, mano,
abraça, mano*

*Irmãos da comunidade, sonhadores e iguais, sei do que
estou falando*

(...)

Ouç a leitura do texto na íntegra por Elisa em parceria com o rapper Emicida: <https://www.youtube.com/watch?v=vgdnbRg92n0>



Fonte: Print screen do vídeo.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

24 por 7: desembolando o racismo cotidiano é um jogo no qual se avança no tabuleiro jogando um dado de seis lados. As casas são baseadas em situações que mulheres e homens negros, pobres e moradores de periferia, vivenciam na sociedade brasileira cotidianamente. Os incidentes desagradáveis, baseados em relações de privilégios e desigualdades sociais, representam empecilhos para o avanço dos jogadores e, muitas vezes, retardam seus caminhos.

O objetivo do jogo é encorajar que os participantes tragam as suas experiências pessoais para a reflexão coletiva. Para as pessoas que não enfrentam o racismo, este jogo também oferece a oportunidade de ver os tipos de situação que os outros enfrentam todos os dias ou mesmo reconhecê-las em seu próprio cotidiano. Os jogadores são levados a pensar em como essas experiências poderiam ser menos frequentes.

Para baixar as instruções, as cartas e o tabuleiro do jogo, acesse <https://aic.org.br/saberes-compartilhados/kit-da-faladireito2-vidaapravaler>

CONCEPÇÃO E ELABORAÇÃO DE TEXTOS

Rafaela Lima

Isabelle Chagas

PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS

Rafaela Lima

Musso Greco

PROJETO GRÁFICO

Paola Menezes, com base no projeto gráfico de Priscila Justina para Fala Direito – Desafio nº 1: Desarme seu olhar (2019).

CRIAÇÃO DE IMAGENS

Adolescentes ligados ao Sistema Socioeducativo, em oficinas conduzidas por Olívia Viana, Gabriela Sá e Guilherme Pereira, sob direção de arte de Louise Ganz.

REALIZAÇÃO DA CAMPANHA

Equipe do projeto Desembola na Ideia

COMPOSTO em caracteres Bellaboo e Myriad Pro e impresso em abril de 2022, pela Formato Artes Gráficas, sobre papel *off-set*.



MULTIPLICOU?

CONTA E MOSTRA PRA GENTE COMO FOI!

Se você realizou uma atividade interessante de multiplicação da campanha **#faladireito** ou criou alguma nova atividade e quer compartilhar, mande o seu recado pro Desembola na Ideia!



aic.org.br/atuacao/juventudes/desembola-na-ideia



fb.me/desembolanaideia



[@desembolanaideia](https://www.instagram.com/desembolanaideia)



Baixe o leitor de QR code no GooglePlay ou AppStore para acessar outros conteúdos da campanha, ou visite **aic.org.br/atuacao/juventudes/desembola-na-ideia**

#faladireito é uma campanha de comunicação produzida por adolescentes e pela equipe do Desembola na Ideia, projeto realizado pela AIC - Agência de Iniciativas Cidadãs com recursos destinados pela 23ª e pela 36ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, no bojo de ações civis públicas propostas pelo Ministério Público do Trabalho, e apoio da 23ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte - Área Infracional. -, assim como do PlugMinas - Centro de Formação e Experimentação Digital da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.